

URV 1994

AÇÃO VITORIOSA DA ADUNICAMP GARANTE 6,5% DE ACRÉSCIMO NOS SALÁRIOS DOS(AS) ASSOCIADOS(AS)

PÁG. 03

REFORMA TRIBUTÁRIA.

Os impactos sobre o financiamento e a autonomia das Universidades Estaduais Paulistas.

PÁG. 04 E 05

SPPREV. Reunião aberta esclarece pontos sobre alíquotas progressivas e contribuição previdenciária de servidores(as).

PÁG. 06

IAMSPE. É possível solicitar a desvinculação do sistema de saúde do Estado de São Paulo. Saiba como.

PÁG. 07



Conheça o **Conexão ADunicamp**, podcast da entidade que se propõe a debater os mais diversos temas da atualidade. Acesse o QR-Code acima ou as principais plataformas de reprodução do gênero.



Setembro amarelo, um convite para pensarmos coletivamente sobre saúde mental. Confira essa e outras charges em nossas redes sociais (@ADunicamp)

SIGA E COMPARTILHE

- WWW.ADUNICAMP.ORG.BR
- INSTAGRAM.COM/@ADUNICAMP
- FACEBOOK.COM/@ADUNICAMP
- YOUTUBE.COM/@ADUNICAMP

EDITORIAL

Foi uma conquista histórica. Finalmente, em agosto/2024, a Unicamp incluiu nos holerites, pagos em setembro/2024, a diferença de 6,5% referentes às perdas salariais de docentes ocorridas quando foi criada a Unidade Real de Valor (URV), em 1994. A vitória é resultado da ação impetrada em agosto/2011 pela ADunicamp e pela LBS Advogadas e Advogados.

A ação que questionou as perdas já transitou em julgado, em outubro do ano passado, e, portanto, não admite mais recursos. Mas a ADunicamp e a LBS seguem questionando a Unicamp, uma vez que foram pagos os 6,5% nos holerites de apenas 915 docentes. A ADunicamp avalia que outras centenas de docentes que também têm o direito foram excluídos(as), por razões ainda não informadas pela administração. Para ter o direito, o(a) docente teria que ser servidor(a) da Universidade em março de 1994 e associado(a) à ADunicamp em agosto de 2011, quando foi distribuída a ação. ADunicamp e a LBS discutem agora com a Unicamp a lista correta de docentes com o direito e também o pagamento dos retroativos.

A ADunicamp e as demais entidades ligadas ao Fórum das Seis têm reafirmado a necessidade de reforçar ações e mobilizações diante das ameaças à Autonomia Universitária e ao financiamento das Universidades Públicas Paulistas que podem vir com a Reforma Tributária. Isso porque a reforma, já aprovada pelo Congresso Nacional, prevê a extinção progressiva do ICMS que será substituído pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

A questão é que, atualmente, as Universidades Estaduais Paulistas são financiadas por uma parcela (9,57%) da Quota Parte do Estado referente a arrecadação do ICMS. Com o fim do ICMS, não há indicativo nenhum na Reforma Tributária sobre o novo formato de financiamento das Universidades Paulistas. Em debates que o Fórum das Seis tem promovido, com a participação da ADunicamp, a avaliação geral é que o novo formato de financiamento será decidido por caminhos essencialmente políticos. E isso exigirá mobilização da comunidade acadêmica.

Esses são alguns dos temas tratados nesta edição do Boletim da ADunicamp, que relata algumas das ações da associação ao longo do mês de agosto e setembro, como o debate sobre a alíquota progressiva da SPPrev, e traz também a agenda de eventos e atividades programada para o restante do mês de setembro. O Boletim está também disponibilizado no site da ADunicamp (acesse o QR-Code abaixo). Boa leitura!

EXPEDIENTE - Este boletim é uma publicação da Associação de Docentes da Unicamp - Seção Sindical do ANDES-SN. Gestão "ADunicamp, História e Futuro Vivos: Valorizando a Educação, Defendendo a Universidade Pública e a Democracia"; Presidenta - Maria Sílvia Vicari Gatti (IB), 1ª Vice-Presidenta - Sílvia Cristina Franco Amaral (FEF), 2ª Vice-Presidente - Luciano Pereira (FE), 1ª Secretária - Elaine Prodócimo (FEF), 2ª Secretária - Maria Cristina Bahia Wutke (Cotuca), 1ª Tesoureira - Regina Célia da Silva (CEL), 2ª Tesoureira - Eneida de Paula (IB), Diretor Administrativo - Marcelo Alexandre Prado (FEA), Diretora de Imprensa - Maria José Mesquita (IG), Diretor Cultural - Wanderley Martins (IA). Projeto gráfico e diagramação: Fernando Piva e Paula Vianna. Textos: Cristina Segatto, Fernando Piva e Paulo San Martín. Fotos da capa: Paula Vianna/ADunicamp e Bahiji Hajje/Fórum das Seis. Revisão: Roseli Coutinho. Coordenação: Fernando Piva. Acesse: www.adunicamp.org.br / Siga: @adunicamp / Contato: imprensa@adunicamp.org.br / (19) 3521-2479. Acesse as versões online dos boletins da ADunicamp.



AÇÃO VITORIOSA DA ADUNICAMP GARANTE RECOMPOSIÇÃO DA URV NOS SALÁRIOS



A Unicamp incluiu nos holerites de agosto/2024, com pagamento realizado em setembro, a diferença de 6,5% referente à ação vitoriosa da ADunicamp e da LBS Advogadas e Advogados que questionou as perdas salariais de docentes, ocorridas quando foi criada a Unidade Real de Valor (URV).

Assim, docentes da Unicamp ativos durante a transição das moedas (Cruzeiro para Real), ocorrida em março de 1994, e que haviam se associado à ADunicamp até agosto de 2011, quando foi distribuída tal ação, já passaram a ter o acréscimo em seus salários neste mês de setembro/2024. Como a ação foi vitoriosa, já transitada em julgado em outubro do ano passado, a ADunicamp desde então passou a reivindicar que a Unicamp implementasse a diferença salarial na folha de pagamento de docentes que passaram a ter esse direito.

No dia 6 de setembro de 2024, a ADunicamp realizou uma reunião híbrida com a participação da LBS Advogadas e Advogados (assista via QR Code acima), com o objetivo de esclarecer detalhes do processo e apontar os próximos passos que devem ser dados. Agora, a ADunicamp e sua assessoria jurídica trabalham para estabelecer a lista completa dos(as) beneficiários(as), que além do acréscimo, terão direito aos retroativos das diferenças salariais. Esses retroativos referem-se aos últimos 18 anos.

O advogado Nilo Beiro, da LBS, explicou a razão: "Por lei, qualquer reivindicação judicial por perdas salariais, entre outras, só pode ser retroativa aos cinco anos anteriores à impetração da ação. Como nossa ação entrou em 2011, as perdas têm que ser calculadas a partir de 2006."

Os pagamentos de retroativos, após a conclusão do processo com os devidos cálculos, terão que ser feitos por meio

de precatórios, a serem emitidos pelo judiciário e incluídos no orçamento da Universidade. Assim, na avaliação da LBS, os procedimentos só poderão estar concluídos a partir de 2026, com expectativa de pagamentos nos anos seguintes.

AOS QUE NÃO RECEBERAM

Outra questão levantada durante a reunião foi sobre a possibilidade do não recebimento da diferença no salário pago em setembro/2024, por parte de um número considerável de docentes que têm o direito à restituição garantido. A Unicamp pagou, conforme informou oficialmente, 915 docentes. Mas a ADunicamp avalia que algumas centenas mais de docentes, tanto da ativa, como aposentados e pensionistas, têm o direito ao recebimento. Informações de docentes que avaliam ter sido excluídos injustamente do pagamento de setembro têm chegado à ADunicamp que já começou a analisar os casos.

"Erros podem ter sido cometidos", avaliou a presidenta da ADunicamp, professora Sílvia Gatti (IB), que conduziu a reunião. Por isso, relatou ela, já foi solicitada uma reunião da ADunicamp e

da LBS com a PG (Procuradoria Geral) da Unicamp para esclarecer a questão.

Nilo Beiro esclareceu que a proposta é cruzar os dados da listagem que a ADunicamp tem, referente aos(as) associados(as) até agosto de 2011 e que eram docentes em 1994, com as listas utilizadas pela DGRH (Diretoria Geral de Recursos Humanos) da Unicamp para o pagamento da diferença. "Todas as análises que fizemos até o momento descartam a possibilidade de que haja um padrão nos casos de quem ficou de fora. Dados que a gente conseguiu cruzar não apontam para nenhuma circunstância comum entre os diversos casos analisados. O que nos faz pensar que houve um erro na interpretação, erro humano ou erro no sistema", afirmou Nilo.

A advogada da LBS, Luciana Barretto, informou que herdeiros(as) de docentes que se enquadram no direito de receber a diferença, e mesmo que não sejam pensionistas, também podem receber os valores a "que o(a) falecido(a) teria direito. Esse é um crédito que fica para o espólio, para a família", esclareceu ela. Nesse caso, os beneficiários devem entrar em contato com a ADunicamp para os encaminhamentos.

ATENDIMENTO JURÍDICO E ESCLARECIMENTOS

A ADunicamp abriu um canal específico para tratar da questão: urv.adunicamp@adunicamp.org.br.

Os(as) docentes que não receberam o acréscimo de 6,5% em seus salários e que entendem ter direito deverão enviar mensagem para o endereço acima, com o holerite de agosto/2011 anexado. "Cada caso é um caso e tem que ser analisado individualmente", disse Nilo, ao afirmar

que a LBS Advogadas e Advogados está disponível para sanar quaisquer dúvidas.

Os(as) advogados(as) realizam plantões na ADunicamp às segundas-feiras, terças-feiras e quintas-feiras, sempre das 8h30 às 11h30. Caso queiram, os(as) docentes deverão entrar em contato por meio do telefone (19) 3521-2470 e solicitar o agendamento do atendimento.

NO CENTRO DOS DEBATES: IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA SOBRE FINANCIAMENTO E AUTONOMIA DAS UNIVERSIDADES

A falta de definições sobre os rumos que a reforma tributária irá tomar é uma das maiores ameaças à autonomia e ao financiamento das universidades estaduais paulistas. A reforma, já aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro passado (e sancionada como Emenda Constitucional nº 132/2023), vai instituir progressivamente um novo imposto, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que substituirá progressivamente o atual ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

O IBS começa a ser implantando em 2026 e vai substituir completamente o ICMS até 2033. Atualmente, as universidades paulistas são financiadas por uma parcela (9,57%) da Quota Parte que o Estado recebe sobre o ICMS arrecadado. Desses, 2,19% são para a Unicamp, 5,02% para a USP e 2,34% para a Unesp.

A autonomia e o financiamento das universidades estaduais paulistas, conquistados há 35 anos, sempre sofreram questionamentos e ataques, desde o início. Mas, diante das indefinições e da falta de clareza sobre os caminhos da reforma tributária, “nunca estiveram tão em risco quanto agora”.

E o que acontece é que não há, na proposta de introdução do novo imposto, nada que aponte qual será o modelo de financiamento das universidades estaduais paulistas. E a definição do novo formato de financiamento será essencialmente política e exigirá mobilização da comunidade acadêmica.

Essas são algumas das conclusões do debate “*Como ficará o financiamento das universidades estaduais paulistas com a reforma tributária?*”, realizado pelo Fórum das Seis em 25/6/2024, no campus da Unesp de Bauru. Na opinião de um dos expositores, o professor da Unesp em Araraquara e diretor da Adunesp, Sebastião Neto Ribeiro Guedes, a autonomia e o financiamento das universidades paulistas sofrem questionamentos e ataques desde o início. “Mas nunca estiveram tão em risco quanto agora.”

Guedes integrou o grupo técnico do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), criado para estudar os cenários da reforma tributária e definir uma proposta a ser negociada com o governo, e na avaliação dele “mais do que uma questão técnica” o novo modelo de financiamento e a defesa da autonomia são “questões políticas”. Guedes considera que a conjuntura política é complexa, “pois o governo do estado tem uma direção bastante conservadora”, assim como a maioria dos deputados estaduais paulistas.

Michele Schultz, presidenta da Adusp e coordenadora do Fórum das Seis, e José Luís Pio Romera, diretor do STU (Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp) e membro do GT Verbas da Adusp/Fórum das Seis,

compuseram a mesa e dirigiram os trabalhos. A apresentação dos debatedores e dos temas foi feita pelo diretor do STU (Sindicato dos Trabalhadores da Unesp), Jorge Cerigatto.

CRUESP PROPÕE 8,63%

Durante o debate, o professor Guedes havia antecipado que as análises do grupo técnico do Cruesp, composto por ele e outros oito integrantes, havia concluído que o percentual de 8,63% da receita tributária líquida do estado seria o equivalente aos atuais 9,57% do ICMS destinados às universidades. Esta deveria ser a proposta de destinação de recursos às universidades paulistas, após a introdução da reforma tributária.

Realmente, em 28 de agosto, o grupo técnico divulgou a proposta dos 8,63%, durante a segunda edição do ciclo nacional de seminários sobre autonomia universitária, realizada no Instituto de Estudos Avançados da USP, na Cidade Universitária, em São Paulo. Dois dias depois, em 30 de agosto, a proposta foi oficialmente apresentada ao governo do estado.

Guedes esclareceu, durante o seminário na USP, as análises que levaram o Cruesp a definir por essa proposta. O modelo utilizado, relatou ele, considerou as arrecadações estaduais de 2013 a 2022 e a vinculação à receita tributária líquida do estado. Com o percentual de 8,63% sobre as receitas líquidas, as universidades manteriam o mesmo nível de financiamento atual, “nem mais nem menos”, segundo a análise do grupo técnico.

No debate realizado Bauru, a professora Michele Schultz apresentou

dados que comprovam a insuficiência dos recursos atualmente destinados às estaduais paulistas. Ela citou a expressiva expansão de campi, cursos e vagas a partir dos anos 2000, sem que houvesse a devida contrapartida de recursos. “Nem mesmo compromissos assinados pelo então governador Geraldo Alckmin, de ampliação de recursos após a expansão, foram cumpridos”, lembrou ela.

Mesmo assim, apenas para manter a situação atual, a proposta de financiamento apresentado pelo Cruesp seria, para o reitor Pasqual Barretti, da Unesp, “o modelo ideal”. “As universidades estariam bastante protegidas com este novo modelo, feito com base em um estudo aprofundado”, defendeu. Ele disse estar ciente de que a autonomia financeira das universidades não é ponto pacífico no governo estadual. Daí, a necessidade de se manter ações e uma mobilização permanente para garantir a autonomia universitária, conquistada há 35 anos.

Já para Guedes, o “x da questão” a partir de agora será o embate político. E, para Pio Romero, “dado o cenário político difícil, com um governo que já deu várias mostras de que não vê a autonomia com bons olhos” é importante que os encaminhamentos sejam feitos em conjunto entre Fórum das Seis e Cruesp, embora o Cruesp não esteja sinalizando com clareza para essa unidade.

Frente às dificuldades de acordo com o governo e aprovação na Alesp, o grupo técnico do Cruesp sinaliza também para uma solução que, embora precária, “pode ser oportuna, para garantir relativa segurança jurídica”: a alteração do que está previsto



O Fórum das Seis promove um novo debate intitulado “*Financiamento e garantia da autonomia das universidades estaduais paulistas: impactos da reforma tributária*”, programado para ocorrer no próximo dia 19 de setembro de 2024, a partir das 14h, na Escola de Artes, Ciências e Humanidades, no campus da USP Leste, em São Paulo. O encontro, que também será transmitido ao vivo pelo Youtube (acesse o QR Code abaixo), terá o objetivo principal de aprofundar as discussões e preparar a comunidade acadêmica para ações e mobilizações em defesa da autonomia e do financiamento. Já estão com presenças confirmadas no debate as professoras Michelle Schultz (presidenta da Adusp e coordenadora do Fórum das Seis), Ursula Dias (EACH/USP) e o professor Márcio Moretto (EACH/USP).



no Decreto nº 29.598/1989, que estabeleceu a autonomia das três universidades em 1989, inserindo ali os 8,63%. Nos últimos 35 anos, é esse decreto que tem orientado a elaboração anual da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO.

Guedes ressaltou que, na opinião de membros do grupo, “num cenário

ou no outro, seria possível garantir a autonomia universitária”. Autonomia foi e será produto da luta da comunidade acadêmica “Se hoje as universidades estaduais têm essa qualidade, isso deve em grande medida à autonomia que foi conquistada lá atrás”, lembrou Pio Romera.

SPPREV: COBRANÇA DE RETROATIVIDADE NA ALÍQUOTA É PRINCIPAL DÚVIDA DE DOCENTES

Em reunião aberta (foto) sobre as contribuições previdenciárias ao SPPrev, realizada pela ADunicamp em 27 de agosto, a principal dúvida levantada por docentes participantes do encontro foi sobre a possibilidade de retroatividade na cobrança dos valores diferenciais das alíquotas progressivas da contribuição de servidores/as da Unicamp.

A assessoria jurídica da ADunicamp, a LBS Advogadas e Advogados, que participou do encontro, avaliou que do ponto de vista jurídico existe sim a possibilidade de que o governo paulista tente a retroatividade, a partir de 2021, da cobrança dos valores diferenciais das alíquotas da contribuição. Mas apontou que isso só poderá ocorrer ao final do processo iniciado pela ADunicamp, que ainda tramita no Tribunal de Justiça de São Paulo, questionando as alíquotas progressivas implantadas, em 2020, pela Reforma da Previdência paulista. E, mesmo assim, avalia a LBS, há argumentos consistentes para questionar uma eventual cobrança dessa retroatividade.

A reunião foi agendada, com a participação da LBS, após a PG (Procuradoria Geral) da Unicamp comunicar que as alíquotas progressivas para docentes da ativa e a base contributiva para aposentados(as) passariam a ser aplicadas a partir deste mês de agosto, com o novo desconto já previsto no pagamento de setembro/2024.

O advogado Matheus Girelli e a advogada Camila Galdino, da LBS, fizeram um breve histórico, no início do encontro, de todo o processo que culminou com a recente decisão da PG. A Reforma



Fotos: Paula Vianna / ADunicamp

da Previdência paulista instituiu, em 2020, as alíquotas progressivas na contribuição de servidores(as) do estado. Assim, elas passaram dos 11% vigentes até então, para valores de até 16%, de acordo com o valor do salário.

“Fizemos um estudo na época para avaliar qual seria o impacto da carga tributária total de docentes, levando em conta as novas alíquotas. Ao analisar toda a carga tributária, incluindo imposto de renda e assim por diante, concluímos que desconto para fins de contribuição chegava a até 40% dos salários”, relatou Matheus. Assim, no mesmo ano, a LBS ajuizou uma ação apondo o “confisco tributário” que essa carga representava. E questionando também a falta de um estudo atuarial que confirmaria ou não o suposto déficit da previdência, ponto central dos argumentos do governo para justificar a reforma.

A LIMINAR

Em janeiro de 2021, a Justiça concedeu a liminar requerida pela ADunicamp e a cobrança progressiva das alíquotas foi suspensa, mantendo desde então o desconto de 11% na folha salarial. Mas em

abril/2024, conforme comunicou imediatamente a ADunicamp, a liminar foi suspensa pelo STF (Supremo Tribunal Federal), o que permitiria ao Governo do Estado implantar as alíquotas progressivas.

Todo esse processo tem sido sistematicamente informado pela ADunicamp a seus associados(as). Certamente por isso, a principal dúvida levantada no encontro desta terça-feira foi sobre a retroatividade. A presidenta da ADunicamp, professora Silvia Gatti (IB), lembrou que, desde que a liminar foi concedida, todos(as) docentes que participam da ação coletiva têm sido informados sobre a possibilidade de um desfecho positivo ou negativo. “A nossa sugestão sempre foi a de que todos fizessem um caixa com essa diferença nos valores das alíquotas, para o caso de um desfecho final negativo.”

A advogada Camila informou que, além da ação da ADunicamp que ainda tramita na segunda instância, tramita também no STF uma ação que questiona a constitucionalidade da Reforma da Previdência paulista. E que, portanto, ainda há um percurso longo até o desfecho final do processo.

É POSSÍVEL SE DESVINCULAR DO IAMSPE. VOCÊ SABIA?

O IAMSPE (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual) é um sistema de saúde que atende os(as) servidores(as) públicos(as) do Estado de São Paulo, custeado por meio de contribuição compulsória descontada diretamente em folha de pagamento.

Para aqueles que não utilizam os serviços ou não desejam se manter vinculados ao sistema de saúde, é possível solicitar a desvinculação.

Para os(as) aposentados(as), a legislação permite que esse procedimento seja feito por via administrativa. A orientação é entrar em contato com os canais de atendimento

do IAMSPE e manifestar o interesse na desvinculação, momento em que serão informados os procedimentos necessários.

Já para os(as) servidores(as) ativos(as), a legislação não permite a desvinculação por via administrativa, sendo necessária a propositura de ação judicial.

A possibilidade de desvinculação é um tema pacificado no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). Assim, em geral, o(a) servidor(a) consegue a cessação dos descontos já a partir da liminar. Também é pacificado que os efeitos dessa desvinculação não são retroativos, ou seja, não é possível

reaver os valores já pagos.

Ressaltamos que essa escolha exige cautela, uma vez que a desvinculação é definitiva, impedindo o(a) servidor(a) de usufruir dos serviços prestados pelo IAMSPE, além de impossibilitar o retorno futuro ao quadro de beneficiários(as).

Caso o(a) docente tenha interesse na desvinculação ou outras dúvidas sobre o assunto, a orientação é procurar a LBS Advogadas e Advogados, assessoria jurídica da ADunicamp, nos plantões semanais realizados às segundas-feiras, terças-feiras e quintas-feiras na sede da associação.

A cartilha *Violência contra a mulher: conhecer para combater* tem como objetivo difundir os direitos e as formas de proteção das mulheres e alertar toda a comunidade sobre a necessidade de engajamento no combate à violência. Aponte o celular para o QR-Code ao lado e confira!



LBS
ADVOGADAS E ADVOGADOS
Loguercio - Beiro - Surian

A LBS Advogadas e Advogados possui mais de 30 anos de experiência em direito do trabalho, previdência, tributário, administrativo, constitucional e sucessões. Dispõe de expertise no atendimento às demandas de empregados(as) e servidores(as) públicos em todas as instâncias do judiciário.

É formada por uma equipe com sólida qualificação, em constante aprimoramento e que atua de forma ética. Mantém escritório físico em Campinas, São Paulo e Brasília, e atende de modo telepresencial em todo o país.

Nosso fortalecimento está no permanente respeito ao direito e na vitória do cliente.

As pessoas associadas à ADunicamp podem ser atendidas pelo LBS Advogadas e Advogados no plantão jurídico que acontece toda segunda (telepresencial), terça e quinta-feira (presencial), das 08h30 às 11h30

AGENDA DE ATIVIDADES E EVENTOS DA ADUNICAMP | SET/2024

17/09 (TERÇA) | 14H

CLUBE DE XADREZ

O Clube de Xadrez da ADunicamp receberá no próximo dia 17 de setembro de 2024 (terça-feira), o Mestre Internacional MI Luis Rodi. A partir das 14 horas o mestre participará de uma simultânea que ocorrerá no pátio da ADunicamp e, às 16 horas, ele realizará uma palestra para os presentes.

O evento será realizado na sede da ADunicamp (pátio e auditório) e será aberto à comunidade.

Local: Sede da ADunicamp / Entrada gratuita

18/09 (quarta) | 19H

CINEADU

Para aqueles que desejam se aprofundar na filmografia de Beto Brant, o CineADu Especial exibirá o filme “O Invasor”, uma adaptação da obra de Marçal Aquino que confronta a realidade brutal da violência urbana e das contradições sociais do país. Um filme que desafia o espectador a encarar de frente as fissuras de uma sociedade em crise.

Local: Auditório da ADunicamp / Classificação: 14 anos / Entrada gratuita.



23/09 (SEGUNDA) | 19H

DANÇA

Dança e palavras. Todos os corpos expressam.

No setembro verde, mês da visibilidade e luta pelos direitos das pessoas com deficiência, o Projeto Em busca dos Teatros Latino americanos do Departamento de Artes Cênicas da Unicamp, Aya Cia. de Dança e a ADunicamp, trazem o evento Dança e Palavras: Todos os corpos expressam, protagonizado pelo grupo Aya Dança, grupo campineiro de danças afro em cadeira de rodas e pelo filósofo, palestrante, consultor em capacitismo e ativista dos Direitos Humanos, Marcelo Zig. O Dança e Palavras pretende trazer à tona a presença de corpos PCDs como protagonistas da dança e da filosofia.

Local: Auditório da ADunicamp / Entrada gratuita.

24/09 (TERÇA) | 18H

DEBATE

Debate com candidatos(as) a vereador(a) de Campinas/SP e que fazem parte do quadro funcional da Unicamp

Transmissão no Youtube

Local: Auditório da ADunicamp / Entrada gratuita.

25/09 (QUARTA) | 19H

DEBATE



ADunicamp DEBATE: saúde mental na Unicamp. Convidados(as): Karen Batista – CECOM, Nelson Filice de Barros – FCM, Tania Maron Vichi, Freire de Mello - DEAPE.

Transmissão no Youtube

Local: Auditório da ADunicamp / Entrada gratuita.

26/09 (QUINTA) | 20H

CONCERTOS ADUNICAMP

O palco da Adunicamp recebe show com o violero Ivan Vilela.

Local: Auditório da ADunicamp / Entrada gratuita.

27/08* (sexta-feira) | 16H

CINEADU

CineADu Especial - 14ª Mostra Curta Audiovisual e Mostra Internacional Diversidade no Cinema Latino-Americano e Caribenho (DIVERCILAC)

No âmbito da Mostra Curta, apresentamos uma mostra de cinco curtas-metragens que percorreram alguns dos festivais membros da Rede DIVERCILAC. Serão exibidos “Pensadero (Overthinker)” (Matías Dinardo, Argentina, 2022, 15’, Comédia); Llámenme Puta (Digcy Mejías, México, 2021, 11’, Documentário); “Lezz Gluten” (Digcy Mejías, México/EUA, 2021, 13’, Documentário); “Talachuano” (Ramiro Velasco, Argentina, 2022, 14’, Drama); “Antes de Las Cosas” (Daniel Mateo Vallejo, Colômbia, 2022, 15’, Drama).

Realização: ADunicamp, 14ª Mostra Curta Audiovisual e Mostra Internacional Diversidade no Cinema Latino-Americano e Caribenho (DIVERCILAC)

Local: Auditório da ADunicamp / Classificação: 18 anos / Entrada gratuita.

**Excepcionalmente, esta sessão do CineADu será realizada na sexta-feira.*

Para mais informações sobre os eventos e atividades, acesse o QR-Code ao lado e confira a agenda completa da ADunicamp.

